



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 104/2020/GME-ME

Brasília, 17 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador SÉRGIO PETECÃO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 184 (SF), de 20.02.2020, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 605/2019, de autoria do Senhor Senador Plínio Valério, que requer "informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, cópia do Despacho FAZENDA-ASPAR (6752232), elaborado pela Secretaria Especial de Fazenda.

Atenciosamente,

PAULO GUEDES  
Ministro de Estado da Economia



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Assessoria Parlamentar

## DESPACHO

**Processo nº 12100.102545/2019-29**

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Em atenção ao Despacho GME-CODEP (6705963), encaminho resposta elaborada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social contida no Ofício 05/2020/BNDES/AGOV/DEALEG (6752195).

Documento assinado eletronicamente

JEFERSON LUIS BITTENCOURT

Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Luis Bittencourt**, **Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 04/03/2020, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6752232** e o código CRC **9D57667E**.



Ofício nº 05/2020 – BNDES/AGOV/DEALEG

Brasília, 21 de fevereiro de 2020.

Ao Senhor

PEDRO MARCANTE ARRUDA DOS SANTOS

Assessoria Parlamentar da Secretaria Especial de Fazenda

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco P

70048-900 Brasília – DF

Ref.: Mensagem eletrônica do Ministério da Economia, de 13/02/2020

Assunto: **Requerimento de Informação nº 605/2019, de autoria do Senador Plínio Valério**

Senhor assessor,

Em atenção ao Requerimento de Informação nº 605/2019, de autoria do Senador Plínio Valério, encaminhado a este Banco por mensagem eletrônica do Ministério da Economia em 13/02/2020, envio a Nota Técnica AGS/DEMAF nº 14/2020, de 20/02/2020, elaborada pela Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, porventura, necessários.

Atenciosamente,

  
MAURÍLIO GUIGNONI DUTRAChefe do Departamento de Assuntos Legislativos e Institucionais  
Área de Governo e Relacionamento Institucional

Nota Técnica AGS/DEMAF nº 14/2020

Em: 20.02.2020

**ASSUNTO:** Informações sobre a aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia

**REFERÊNCIA: Requerimento de Informações nº 605, de 2019 do Senado**

Por intermédio do Requerimento de Informações em referência, o Exmo. Sr. Senador da República Plínio Valério (PSDB-AM) requer ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia que sejam prestadas informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Registre-se que a título de antecipações de providências, mesmo antes de ser formalizado o presente requerimento de informações, foi elaborada a Nota Técnica AGS/DEMAF nº 53/2019, de 23.07.2019, entregue em audiência com o Exmo. Sr. Senador da República Plínio Valério em 07 de agosto de 2019.

A presente nota técnica tem por objetivo atualizar as respostas às informações desde a sua entrega, em julho, até a presente data.

**1. Qual o valor efetivamente recebido pelo Fundo Amazônia desde sua criação em 2008? Qual a origem exata desses recursos?**

O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, teve sua criação autorizada pelo Decreto nº 6.527, de 01.08.2008. Até a presente data o Fundo recebeu o montante total de R\$ 3.396.694.793,53 em doações de dois governos estrangeiros e de uma empresa brasileira, a saber: Governo da Noruega (93,8%); República Federativa da Alemanha, por meio do seu banco de desenvolvimento – KfW Entwicklungsbank, (5,7%) e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (0,5%), conforme tabela a seguir:

DOADOR	VALOR CONTRATADO	RECURSOS INGRESSADOS	RECURSOS INGRESSADOS R\$	RECURSOS INGRESSADOS US
Governo da Noruega	NOK 8.269.496.000,00	NOK 8.269.496.000,00	3.186.719.318,40*	1.212.378.452,36
República Federativa da Alemanha - KfW	EUR 54.920.000,00	EUR 54.920.000,00	192.690.396,00*	68.143.672,60
Petrobras	R\$ 17.285.079,13	R\$ 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
<b>TOTAL</b>			<b>3.396.694.793,53</b>	<b>1.288.235.378,26</b>

\* Somatório das parcelas recebidas pelo Fundo. Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, das datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.

Mais informações sobre as doações recebidas pelo Fundo Amazônia (datas, tranches, condições contratuais etc.) estão disponíveis no website<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/>

**2. Qual a proporção dos recursos recebidos pelo Fundo Amazônia que já foi efetivamente gasta?**

A carteira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2019 é composta por 103 projetos apoiados, no valor total de apoio financeiro de R\$ 1.859.883.432,56, e já foram desembolsados R\$ 1.172.572.930,19, equivalentes a um terço dos recursos recebidos em doação. No website do Fundo Amazônia<sup>2</sup> esses números são atualizados periodicamente.

**3. Qual a proporção desses recursos que foram aplicados por meio de instituições públicas e qual a proporção canalizada a projetos do terceiro setor?**

O apoio do Fundo Amazônia está distribuído da seguinte forma, pelo critério de valor do apoio financeiro concedido: 61% destinados a projetos apresentados pelo setor público (sendo 31% a projetos de governos estaduais, 28% a projetos da União Federal, 1% a municípios e 1% a universidades públicas); 38% destinados a projetos de organizações da sociedade civil; e 1% destinados a um projeto internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organização intergovernamental formada por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

**4. Qual a parcela aplicada em projetos dos governos federal, estaduais e municipais?**

Vide resposta à questão 3.

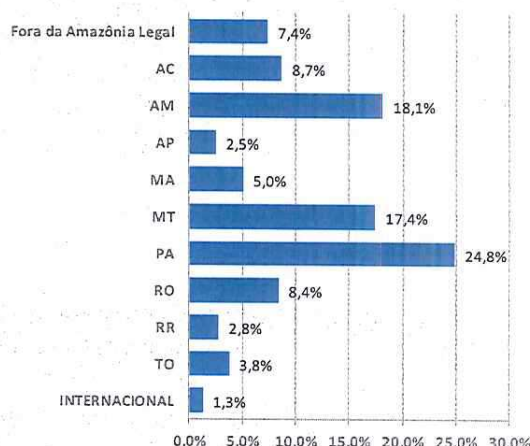
**5. Qual a parcela aplicada em cada estado brasileiro?**

A distribuição dos projetos apoiados por estado, por número e pelo percentual do valor dos projetos, é apresentada, respectivamente, no quadro a seguir (data-base 31 de dezembro de 2019):

---

<sup>2</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/informe-de-carteira/>





Interestadual é uma categoria criada para os projetos que atuam em mais de um estado, muitas das vezes em toda Amazônia Legal.

Os cinco projetos fora da Amazônia Legal tem como finalidade o apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme prioridade definida pelo COFA. Os estados apoiados por esses projetos são: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraná. O projeto internacional beneficia a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Conforme estabelece o Decreto nº 6.527/2008<sup>3</sup> e suas alterações, poderão ser utilizados até vinte por cento dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

## 6. Como é definida a alocação desses recursos? Qual a participação de organizações não-governamentais nesse processo de tomada de decisões?

Gerido pelo BNDES, o Fundo Amazônia contava, até 28 de junho de 2019, com um Comitê Orientador e com um Comitê Técnico<sup>4</sup>. O Decreto nº 9.759, de 11.04.2019, extinguiu esses dois comitês.

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) era presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e tinha a atribuição de estabelecer as diretrizes, critérios e focos para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia<sup>5</sup>; acompanhar as informações semestrais sobre a aplicação dos recursos; e aprovar o Relatório de Atividades preparado pelo BNDES. Ao COFA cabia ainda o

<sup>3</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)

<sup>4</sup> O Comitê Técnico do Fundo Amazônia – CTFA era formado por especialistas de ilibada reputação e notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Tinha a atribuição de atestar a quantidade de emissões de carbono oriundas de desmatamento calculada pelo Ministério do Meio Ambiente e calcular o limite de captação de recursos do Fundo Amazônia.

<sup>5</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/diretrizes\\_critérios/2017\\_2018\\_Diretrizes\\_e\\_Focos\\_novembro.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/diretrizes_critérios/2017_2018_Diretrizes_e_Focos_novembro.pdf)

papel de zelar pela fidelidade das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia ao PPCDAm<sup>6</sup> e à ENREDD+<sup>7</sup>.

Dessa forma, em termos de alocação de recursos, cabia ao COFA o direcionamento estratégico do que poderia ser apoiado pelo Fundo Amazônia, mediante a definição das diretrizes e dos focos de apoio do biênio, ou a autorização para o BNDES executar chamadas de projetos em temas específicos. E o BNDES, como gestor independente do Fundo Amazônia, avaliava a elegibilidade das propostas recebidas à luz das políticas públicas, dos normativos e deliberações do COFA, bem como das políticas operacionais do BNDES aplicáveis ao Fundo Amazônia.

O COFA era um comitê tripartite, com 23 membros, formado de três blocos: governo federal (8 membros), governos estaduais (9 membros) e sociedade civil (6 membros). No bloco federal, além do Ministério do Meio Ambiente e do BNDES, participavam do Comitê os ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Casa Civil da Presidência da República e a Fundação Nacional do Índio. No bloco dos estados, representantes dos governos dos nove estados da Amazônia Legal integravam o COFA. Já o bloco da sociedade civil era composto por representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF) e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS). Ou seja, as organizações não-governamentais (ONGs) eram representadas pela FBOMS, um entre os 23 membros do COFA.

Conforme estabelecia o regimento interno do COFA<sup>8</sup>, as decisões eram tomadas por consenso entre os três blocos, sendo a decisão de cada bloco estabelecida por maioria simples dos votos. Era considerada aprovada a matéria que contava com aprovação dos três segmentos. Todas as atas de reunião do COFA estão disponíveis no website do Fundo Amazônia<sup>9</sup>.

É notícia pública que as autoridades do Governo brasileiro e dos governos doadores do Fundo Amazônia estão em contato para conversar sobre a governança do Fundo, tendo em vista que, conforme mencionado, o Decreto nº 9.759, de 11.04.2019 extinguiu o COFA e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

<sup>6</sup> Plano de Ação de para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm

<sup>7</sup> Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – ENREDD+.

<sup>8</sup>

[http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/cofa/COFA\\_Regimento\\_nov2008.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/cofa/COFA_Regimento_nov2008.pdf)

<sup>9</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/index.html>



## **7. Quais são as organizações não-governamentais que participam desse processo?**

As organizações não-governamentais (ONGs) que participavam do COFA eram representadas pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), que correspondia a um dentre os 23 membros que compunham o COFA.

A composição do COFA foi estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008 e suas alterações. Conforme estabelecido no regimento interno do COFA, seus membros e suplentes eram indicados pelos órgãos e entidades que participavam de sua composição, para um período de dois anos, prorrogável uma vez por igual prazo.

## **8. Quais as qualificações exigidas para que organizações não-governamentais tenham essa participação?**

O Decreto nº 6.527/2008, conforme atualizado pelo Decreto nº 8.773/2016, define quem são os integrantes do COFA. O normativo não define qualificações para a participação no COFA, apenas indica os representantes.

## **9. É correta a informação de que quase 60% desses recursos são destinados à União e aos nove Estados da Amazônia Legal, incluindo instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo monitoramento ambiental por satélites no bioma Amazônia? É correta ainda a informação de que os outros 40% se dividem entre organizações não-governamentais e universidades?**

Sim, é correta a afirmação. O apoio do Fundo Amazônia está distribuído da seguinte forma, pelo critério de valor do apoio financeiro concedido: 61% destinados a projetos apresentados pelo setor público (sendo 31% a projetos de governos estaduais, 28% a projetos da União Federal, 1% a municípios e 1% a universidades públicas); 38% destinados a projetos de organizações da sociedade civil e 1% destinados a um projeto Internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organização intergovernamental formada por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A consulta à carteira de projetos, com detalhes sobre a finalidade e a evolução de cada um dos projetos apoiados pelo Fundo pode ser efetuada através do link <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>. Além de um mapa interativo, o site dispõe de ferramenta de busca, que permite filtrar os projetos por eixos de apoio do PPCDAm, local da implementação, natureza do responsável pela implementação (União, estados, municípios, universidades, terceiro setor ou internacional), área temática, dentre outros filtros. Ressalta-se ainda que todos os contratos de colaboração financeira são públicos e estão disponíveis no site do Fundo Amazônia.



Dentre os 9 projetos da União apoiados, 3 (três) projetos são implementados pelo IBAMA, totalizando R\$211.277.234,63 e 2 (dois) projetos são do INPE, que somam R\$116.730.436,00. Seguem os links para maiores informações sobre esses projetos:

Prevfogo/Ibama: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Prevfogo-Ibama/>

Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia/Ibama:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecimento-do-Controle-e-do-Monitoramento-Ambiental-para-o-Combate-ao-Desmatamento-Ilegal-na-Amazonia/>

Profisc I – B/Ibama: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Profisc-I-B/>

Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia:  
<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Monitoramento-Ambiental-por-Satelites-no-Bioma-Amazonia/>

Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Monitoramento-Ambiental-dos-Biomas-Brasileiros/>

#### **10. Qual o papel dos doadores, inclusive governos estrangeiros na definição de prioridades e na escolha de projetos a serem cobertos com os recursos do Fundo Amazônia?**

Os doadores do Fundo Amazônia não definem prioridades e não escolhem projetos a serem apoiados pelo Fundo Amazônia. A definição de prioridades era atribuição do COFA, que não contava com a participação dos doadores na sua composição (vide resposta ao item 6) e a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia cabe ao BNDES. Os projetos apresentados ao BNDES devem observar o disposto nas diretrizes, critérios e focos de atuação definidos pelo COFA, além das políticas operacionais do BNDES aplicáveis ao Fundo Amazônia. Registre-se que, a partir de outubro de 2019, novas aprovações de projetos foram temporariamente suspensas pela Diretoria do BNDES.

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento à ações de REDD+. Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e teve sua criação autorizada ao BNDES por meio do Decreto Presidencial 6.527, de 01 de agosto de 2008<sup>10</sup>.

REDD+ é um instrumento que foi desenvolvido no âmbito da UNFCCC para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal. Ou seja, a

<sup>10</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)

AA



existência do Fundo Amazônia se insere no âmbito das negociações internacionais para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

O decreto que criou o Fundo Amazônia autorizou o BNDES a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônia (posteriormente ampliado para toda a região da Amazônia Legal), contemplando as seguintes áreas temáticas: "I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental; III - manejo florestal sustentável; IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VII - recuperação de áreas desmatadas."

As ações apoiadas pelo Fundo Amazônia devem observar as diretrizes estabelecidas no PPCDAm, para ações na Amazônia Legal, e na ENREDD+. O decreto autorizou ainda a utilização de "até vinte por cento dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais".

O Fundo conta também com um Documento de Projeto do Fundo Amazônia<sup>11</sup> (*Amazon Fund Project Document*), elaborado em 2008 e atualizado em 2013, que estabelece suas bases conceituais, tais como os critérios de elegibilidade para a captação de recursos, a governança do Fundo, sua gestão operacional, relatórios e auditoria.

As doações efetuadas ao Fundo Amazônia foram formalizadas através de Contratos de Doação entre o BNDES e os governos dos países doadores. Esses contratos estabelecem compromissos entre as partes e as bases da cooperação. Nos contratos, não há a previsão da participação dos doadores no processo decisório ou na gestão do Fundo. No entanto, ao doar os recursos, os doadores o fazem sob determinadas premissas que estão contidas no Documento de Projeto do Fundo Amazônia, as quais expressam os elementos gerais de governança e arcabouço jurídico do Fundo estabelecidos pelo Decreto n. 6.527/2008, bem como as políticas operacionais do BNDES. Assim, a título de exemplo, o contrato firmado entre o Governo da Noruega<sup>12</sup> e o BNDES, faz referência específica ao *Amazon Fund Project Document* supracitado, com previsão explícita de que o documento só poderá sofrer alterações mediante acordo das partes.

Adicionalmente, há condicionante que estabelece que os recursos do Fundo Amazônia devem ser adicionais às contribuições orçamentárias do Governo Federal Brasileiro em atividades de redução do desmatamento<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/fundo-amazonia/Documento\\_de\\_Projeto\\_do\\_Fundo\\_Amazonia\\_Project\\_Document\\_28\\_fev\\_2013.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/fundo-amazonia/Documento_de_Projeto_do_Fundo_Amazonia_Project_Document_28_fev_2013.pdf)

<sup>12</sup> *Amended and Restated Donation Agreement*, de 17/09/2013

<sup>13</sup> Cláusula original em inglês do *Amended and Restated Donation Agreement*: "under the understanding that the donations to the Amazon Fund will be additional to significant budgetary contributions by the Brazilian Federal Government in deforestation reducing activities"



Portanto, os governos estrangeiros que fizeram doações ao Fundo Amazônia não participam de sua gestão ou governança. Todavia, essas doações são repasses de fomento, devendo ser destinadas às finalidades previstas nos normativos que regem o Fundo Amazônia, no Documento de Projeto, bem como respeitadas as condições específicas pactuadas com os doadores nos contratos de doação. O BNDES busca informar aos órgãos da administração pública competentes os compromissos contratuais que o vinculam, para que tais compromissos sejam considerados na tomada de decisão dos órgãos públicos.

## **11. Como é feito o controle dos desembolsos e da efetiva aplicação desses recursos?**

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, o BNDES executa diversos procedimentos visando à verificação da efetiva aplicação dos recursos.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura de um Contrato de Aplicação de Recursos Não-Reembolsáveis entre o BNDES e o ente beneficiário executor do projeto até a conclusão das obrigações contratuais assumidas entre as partes.

Os recursos dos projetos são liberados de forma gradativa, conforme o cronograma de atividades apresentado pela proponente e aprovado pelo BNDES. Cada liberação de recursos está condicionada à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes e à comprovação dos gastos anteriormente liberados.

O BNDES verifica periodicamente a execução física e financeira do projeto, isto é, a comprovação, ao longo da implementação do projeto, da realização das atividades previstas e a correspondente prestação de contas, o que inclui: (i) análise dos documentos que comprovam os investimentos realizados e sua aderência às ações e atividades previstas no projeto; (ii) verificação do atendimento das condições estabelecidas no contrato; e (iii) realização de visita ao local do projeto ou comprovação física por meio de fotos e outros documentos, quando necessário. Os registros e conclusões da equipe do BNDES referentes a essa etapa são consubstanciados em instrumentos de acompanhamento (IACs).

Para subsidiar o acompanhamento efetuado pelo BNDES, o beneficiário executor do projeto deve encaminhar relatórios periódicos de desempenho, contendo as seguintes informações, dentre outras: (i) resumo das principais atividades realizadas no período; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação referente ao cumprimento de obrigações contratuais.

Caso seja identificada eventual inconsistência na prestação de contas, são solicitadas informações adicionais até que se conclua adequadamente pela correta aplicação dos recursos. Em caso de desconformidade ou carência de evidências concretas da aplicação dos recursos, os montantes relacionados às respectivas atividades são glosados, sem prejuízo da adoção de outras medidas julgadas pertinentes pelo BNDES, conforme previsão contratual.

AA



Durante o acompanhamento também é realizado o monitoramento dos indicadores pactuados, para fins de comprovação da execução do projeto e de verificação da sua evolução no que tange ao alcance dos resultados esperados.

Desde 2009, o BNDES vem desenvolvendo e adotando ferramentas e procedimentos de monitoramento e avaliação (M&A) dos resultados (eficácia e efetividade) do seu apoio financeiro concedido. A partir de 2011, o Banco passou a contar com uma estrutura formal apartada do processo de concessão de apoio financeiro com equipe dedicada à gestão dessas atividades de M&A.

Nesse contexto se insere o processo de M&A do Fundo Amazônia, que foi pioneiro no BNDES na adoção de ferramentas de monitoramento de seus resultados.

O Fundo Amazônia publica em sua página na internet uma seção dedicada ao tema de Monitoramento e Avaliação – M&A<sup>14</sup>, onde pode ser consultado o documento que apresenta com maiores detalhes o quadro lógico do FA<sup>15</sup> e sua lógica de intervenção, os indicadores selecionados para o seu monitoramento, os riscos e/ou pressupostos identificados e o monitoramento de seus resultados. O quadro lógico do Fundo Amazônia foi divulgado em 2010 e passou por uma revisão em 2017.

A construção de um quadro lógico para o Fundo Amazônia objetivou, entre outros, agregar mais um instrumento para a sua gestão, bem como contribuir para o seu monitoramento e a consolidação dos seus resultados, a partir de uma análise agregada dos projetos apoiados e de seus indicadores de impacto. Facilita o processo de sua avaliação permanente, seja internamente, pelos responsáveis por sua gestão, seja externamente, pelo público em geral.

Na conclusão do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter, ainda, informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

A partir do relatório de avaliação de resultados produzido pela organização responsável pela implementação do projeto e considerando os resultados observados pela equipe do BNDES em seu próprio processo de acompanhamento, é divulgado uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído, tanto no seu website do Fundo Amazônia como no capítulo “Projetos concluídos” do seu relatório anual de atividades, onde são apresentadas informações sobre todos os projetos concluídos no ano a que se refere o relatório. Sempre que as características do projeto permitam e haja disponibilidade de dados públicos, também é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência.

<sup>14</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/>

<sup>15</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Quadro\\_Logico\\_Fundo\\_Amazonia\\_2017.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Quadro_Logico_Fundo_Amazonia_2017.pdf)



Como exemplo, menciona-se o projeto “Bolsa Floresta”, implementado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que teve seus resultados (incluindo indicadores de eficácia e de efetividade/impactos) publicados no Relatório de Atividades do Fundo Amazônia de 2015<sup>16</sup> (páginas 84 a 92), bem como na seção dedicada a esse projeto no website do Fundo Amazônia<sup>17</sup>.

Registre-se que o Decreto nº 6.527/2008 prevê que os relatórios anuais de atividades do Fundo Amazônia devam ser submetidos à aprovação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA).

**12. É correta a afirmação de que existe um impasse entre governo brasileiro e os doadores por conta da mudança de regras do Fundo, que atualmente não permitem o uso do dinheiro para o pagamento de indenização por desapropriação? O aumento do desmatamento também tem peso nesse impasse?**

É notícia pública que o Governo brasileiro e os doadores internacionais do Fundo Amazônia estão em contato para tratar da governança do Fundo, tendo em vista que o Decreto nº 9.759, de 11.04.2019, extinguiu o COFA e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). O BNDES aguarda o resultado dessas conversas e não recebeu demanda para avaliar projetos que envolvam o pagamento de indenização por desapropriação.

A variação positiva ou negativa do desmatamento pode ter impacto no limite de captação de novas doações relativas ao ano em questão, uma vez que o Fundo foi criado com a premissa de receber doações em função dos resultados alcançados pelo Brasil na redução do desmatamento.

**13. É correta ainda a informação de que a esse problema se soma reação negativa do governo brasileiro com relação à gerência dos recursos, em especial a configuração do Comitê Orientador do Fundo (COFA), responsável pela determinação de diretrizes e acompanhamento dos resultados obtidos? Sabendo-se que se trata de uma entidade tripartite, com a participação do governo federal, governos estaduais e sociedade civil, como é feita a escolha dos representantes da sociedade civil e qual a sua participação real no processo decisório?**

Conforme mencionado no item acima, o Governo brasileiro e os doadores internacionais do Fundo Amazônia estão em contato para tratar da governança do Fundo. É inquestionável a prerrogativa do Governo brasileiro de promover alterações em atos normativos de sua competência. Ao BNDES, coube destacar que alterações na governança do Fundo Amazônia promovidas pelo Governo podem ter efeitos sobre relações jurídicas estabelecidas com os doadores internacionais e que tal hipótese pode dar ensejo à aplicação de medidas restritivas

<sup>16</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt.galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2015\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt.galleries/documentos/rafa/RAFA_2015_port.pdf)

<sup>17</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet\\_Responsavel\\_prop=FAS&facet\\_Responsavel\\_prop=FAS](http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Responsavel_prop=FAS&facet_Responsavel_prop=FAS)



por esses doadores, dado que revisões nos termos do Documento do Projeto do Fundo associados a essas doações são previstas se dar por acordo mútuo entre as partes.

O COFA, extinto em 28 de junho de 2019, não selecionou ou autorizou o apoio do Fundo Amazônia a projetos específicos. As deliberações do COFA eram normativas e estabeleciam critérios orientadores, condicionantes mínimos para projetos, modalidades de aplicação dos recursos, focos bianuais de apoio, restrição de uso dos recursos, critérios de equidade na aplicação dos recursos e limitações na aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Era um comitê de orientação estratégica, devendo zelar ainda pela aderência dos projetos apoiados às políticas nacionais de combate ao desmatamento e de REDD+ coordenadas pelo Governo Federal.

Conforme resposta à questão 7, a composição do COFA foi estabelecida pelo Decreto nº 6.527/08<sup>18</sup> e suas alterações posteriores. A bancada da sociedade civil contava com representações da Academia (SBPC), do setor privado (CNI e FNABF), dos indígenas (COIAB), dos trabalhadores rurais (CONTAG) e das ONGs (FBOMS).

#### **14. Qual o público-alvo de cada um dos projetos custeados com recursos do Fundo Amazônia?**

No anexo I pode ser verificada tabela que apresenta o público-alvo para cada um dos 103 projetos apoiados até a presente data. O Fundo Amazônia tem, dentre os seus pilares, a transparência das informações, tendo sido criado um website dedicado exclusivamente ao Fundo Amazônia, onde se encontram amplas informações sobre os projetos apoiados<sup>19</sup>.

Para cada projeto, é publicada uma ficha, onde são detalhadas informações sobre os seus objetivos; público-alvo (beneficiários); abrangência territorial; contextualização; lógica da intervenção e evolução, com marcos temporais de implementação, detalhamento dos desembolsos e descrição das atividades já realizadas.

Na pasta Acervo estão publicados os contratos e aditivos; documentos e publicações produzidos; vídeos, imagens e outros documentos relacionados a cada um dos projetos.

#### **15. Como se faz o acompanhamento e a avaliação dos resultados de cada um desses projetos?**

Vide resposta à questão 11.

<sup>18</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)

<sup>19</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>



**16. Qual a população de cada estado brasileiro que se beneficia dos projetos custeados com recursos do Fundo Amazônia?**

A distribuição dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia por estado é apresentada na resposta à questão 5. Os informes de carteira estão disponíveis no website, <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/informe-de-carreira/>.

O Fundo Amazônia segue o modelo operacional do BNDES, que se baseia no apoio a projetos individuais, que devem demonstrar os objetivos que se pretende alcançar com o apoio, em que prazo e com que orçamento. O Fundo Amazônia apoia projetos de natureza diversa, desde iniciativas de alta complexidade tecnológica, como o monitoramento das florestas por satélites, a ações de geração de renda para a população local, como a advinda da despesca do pirarucu. Essa diversidade de atividades desenvolvidas, objetivos, complexidade, abrangência territorial e formas de atuação, faz com que, em cada projeto, a população seja beneficiada de modos variados. Em alguns projetos, é possível apurar indicadores de resultado de forma mais direta, como no caso de projetos locais de produção sustentável, e em outros, os benefícios são indiretos e mais abrangentes, como em atividades de monitoramento e repressão do desmatamento<sup>20</sup>.

No nível local, o eixo de atividades produtivas sustentáveis apoia a produção e o beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, a segurança alimentar e turismo de base comunitária. Essas atividades geram renda para as populações locais, ao mesmo tempo em que promovem a conservação florestal, já que as populações que vivem na floresta passam a valorizá-la e se engajam para protegê-la. Estão dentre as cadeias produtivas apoiadas: borracha, sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu, açaí e turismo. O apoio a esses projetos beneficiou diretamente mais de 162 mil pessoas nos estados da Amazônia Legal. Foram capacitados 24 mil indivíduos para a prática de atividades produtivas sustentáveis e fortalecidas 434 organizações comunitárias. A área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados corresponde a 22 milhões de hectares.

A tabela a seguir apresenta a abertura por estado do indicador de “Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas de produção sustentável”. Importante considerar que há projetos com atuação em mais de um estado; ademais, os projetos apoiados estão em diferentes estágios de implantação e nem todos já reportaram dados para esse indicador.

---

<sup>20</sup> As informações a seguir foram extraídas do Relatório de Atividades do Fundo Amazônia 2018, disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2018\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2018_port.pdf)

Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas de produção sustentável	Estados da Federação
17.420	MATO GROSSO
46.225	AMAZONAS
2.601	ACRE
1.080	MARANHÃO
27.780	PARÁ
1.177	RONDÔNIA
65.912	Projetos com ações em mais de um estado da Amazônia Legal
162.195	

Os projetos que atuam em níveis mais estratégicos, estruturantes ou transversais na execução das políticas públicas beneficiam o conjunto da população brasileira, com escala regional (Amazônia Legal) ou nacional. Tendem a ser projetos de valor médio mais elevado, por conta da alta complexidade tecnológica, investimentos em equipamentos de ponta e viaturas especiais. Podemos citar como exemplo as ações apoiadas no eixo monitoramento e controle do desmatamento, das quais 90% foram destinados a órgãos da administração pública e que abrangem o apoio a:

- (a) ampliação e fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento dos estabelecimentos rurais. São 19 projetos apoiados com ações de CAR, que permitiram a inscrição de 747 mil imóveis rurais, com área correspondente a 90 milhões de hectares. Os projetos de apoio ao CAR também beneficiam populações fora da Amazônia Legal. Na tabela a seguir pode ser conferida a distribuição dos imóveis por estados da Federação que tiveram sua inscrição no CAR apoiada pelo Fundo Amazônia:

ESTADO	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA INSCRITA
MT	5.095	2.575.421
PA	174.060	51.485.278
AM	1.000	57.137
AC	49.237	5.756.359
RO	114.418	10.953.806
TO	46.597	15.733.082
BA	334.276	3.253.303
MS	22.222	528.971
TOTAL	746.905	90.343.357



- (b) monitoramento ambiental, através de dois projetos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), somando R\$ 117 milhões, que apoiam o desenvolvimento, a implementação e o aprimoramento de sistemas de sensoriamento remoto por satélites do desmatamento para os biomas Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; e um projeto do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia do Ministério da Defesa (Censipam), no valor de R\$ 64 milhões, para a implantação de sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital;
- (c) ações de fiscalização, por meio de dois projetos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), totalizando R\$ 196,6 milhões, que viabilizaram 687 missões de fiscalização e combate a desmatamentos ilegais;
- (d) prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, mediante estruturação operacional dos corpos de bombeiros militares estaduais da região; do Prevfogo – Ibama, que tem um papel central no planejamento e coordenação das atividades de combate a incêndios florestais; e ações de mobilização e treinamento de produtores rurais em técnicas de prevenção e combate ao fogo, incluindo a formação de brigadas civis. Por exemplo, por meio do apoio ao projeto “Bombeiros Florestais de Mato Grosso”, foi implantada pelo Corpo de Bombeiros Militares de Mato Grosso a primeira base aérea de combate a incêndios florestais da Amazônia, tendo contado em sua estruturação física com financiamento de contrapartidas do estado, da prefeitura de Sorriso e de empresários locais, além da aquisição dos principais equipamentos de combate a incêndios florestais com recursos do Fundo Amazônia, inclusive duas aeronaves de asa fixa para combate a incêndios florestais; e
- (e) monitoramento do desmatamento e das mudanças de uso da terra nos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (projeto OTCA, de R\$ 24 milhões)<sup>21</sup>.

O eixo ordenamento territorial objetiva a consolidação da gestão de unidades de conservação da natureza (UCs) e a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Com relação ao conjunto de áreas protegidas (UCs e TIs), são 426 mil km<sup>2</sup> que se beneficiam com ações do Fundo Amazônia para a consolidação de sua gestão, geração de renda para as comunidades ou controle de seu território. São 24 projetos com ações voltadas aos povos indígenas, beneficiando diretamente 49 mil indígenas.

No eixo ciência, inovação e instrumentos econômicos, o Fundo apoia projetos de caráter estratégico e transversal. Destaque para os apoios ao Inventário Florestal Nacional – Amazônia, sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)<sup>22</sup>, no valor de R\$ 65 milhões, e ao Projeto Integrado da Amazônia, que está sendo executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>23</sup>, de até R\$ 33,7 milhões. O primeiro projeto

<sup>21</sup> Países Membros da OTCA: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Vale assinalar que até 20% dos recursos podem ser alocados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros ou em outros países com florestas tropicais.

<sup>22</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Inventario-Florestal-Nacional-Amazonia/>

<sup>23</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Projeto-Integrado-da-Amazonia/>



realiza um vasto inventário florestal do Bioma Amazônia para a produção de informações acerca dos seus recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região. O segundo, da Embrapa, apoia a pesquisa voltada para a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltadas para a recuperação, conservação e uso sustentável do bioma Amazônia.

Vale mencionar também o apoio do Fundo Amazônia à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e à Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto da UEA, “Nova Cartografia Social na Amazônia”, teve como principal objetivo retratar, por meio de uma metodologia de trabalho denominada mapeamento social, a realidade de 27 povos e comunidades tradicionais que vivem no bioma Amazônia<sup>24</sup>.

Em 2018 foram concluídos dois projetos de pesquisa<sup>25</sup> e de implantação de infraestrutura de pesquisa da UFPA, voltados para o estudo da biodiversidade, incluindo a construção e estruturação de um Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio), em Belém, a reforma de laboratórios e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia.

Um desses dois projetos, a saber, o projeto “Compostos Bioativos da Amazônia”, desenvolvido pela UFPA, teve como objetivo desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia. Nesse projeto, as pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou aplicações tecnológicas, tais como fotoquimioprotetores solares, cremes contra o envelhecimento e alimentos funcionais em cápsulas, foram divididas em duas linhas diferentes: uma realizada em parceria com uma empresa privada e com uma cooperativa, e outra executada somente pela UFPA, sem a participação de parceiros privados<sup>26</sup>.

Entre as entregas desses dois projetos podem ser mencionados 1.500 m<sup>2</sup> de área de laboratório construída ou modernizada na região da Amazônia, novas patentes solicitadas e novos produtos e processos tecnológicos desenvolvidos.

Maiores informações sobre os indicadores e resultados alcançados pelo Fundo Amazônia podem ser verificados no Relatório Anual do Fundo Amazônia 2018, Capítulo Monitoramento e Avaliação de Resultados (páginas 47 a 88), disponível para download no site:

[http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2018\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2018_port.pdf).

A título de informação complementar, em deferência ao Estado de origem do Exmo. Sr. Senador, fizemos duas tabelas sobre os projetos com atuação no Amazonas. Os projetos apoiados pelo Fundo com todas suas ações no estado somam R\$146.464.073,62, e os projetos com ações parciais no estado somam R\$189.908.646,23 (estimativa por rateio ponderado). Essas tabelas se encontram no anexo II.

<sup>24</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Nova-Cartografia-Social-na-Amazonia/>

<sup>25</sup> Projeto “Biodiversidade” e “Compostos Bioativos da Amazônia”:  
<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Biodiversidade/> e  
<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Compostos-Bioativos-da-Amazonia/>

<sup>26</sup> <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Biodiversidade/>




Folha de Assinaturas referentes à Nota AGS/DEMAF nº 14/2020

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.



---

Angela Albernaz Skaf  
Chefe de Departamento Substituta  
AGS/DEMAF



---

Aline de Melo Brandão  
OAB/RJ 162.172  
Gerente Substituta  
AJ2/JUGEPS/GEJUGEPS1



---

Rafael Pontes Feijó  
OAB/RJ 133.103  
Chefe de Departamento  
AJ2/JUGEPS

De acordo,



---

Nabil Moura Kadri  
Superintendente Substituto  
AGS

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
1	Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC)	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre	População do Estado do Acre	Estado do Acre	concluído	13.280.709,56
2	Alto Juruá	Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA)	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local	Cerca de 720 indígenas que habitam a terra indígena (TI) Kampa do Rio Amônia, representados pela Apiwtxa; mais 600 indígenas da TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu; 50 comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá; além de comunidades Ashaninka no Peru, por meio da promoção de intercâmbios para fortalecer o diálogo com elas	Estado do Acre	contratado	6.597.581,00
3	Amazônia Agroecológica	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis por meio de chamada pública para a seleção de pequenos projetos e ações a serem diretamente desenvolvidas pela Beneficiária.	Povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém; Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão; Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará; Abaetetuba, Igarapé Miri, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu (PA), Cáceres, Poconé, Nossa Senhora Livramento, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Jangada (MT)	contratado	17.547.560,00
4	Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	Contribuir para a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	Populações e comunidades indígenas das TIs Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO)	contratado	8.188.872,44
5	Amazônia - Regularização Ambiental	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: i) mapeamento do uso e cobertura do solo; ii) cálculo do passivo ambiental em áreas de preservação permanente (APPs) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação e terras indígenas; e iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Pessoas e instituições que venham a utilizar informações relacionadas ao passivo ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação e terras indígenas, bem como o governo brasileiro e os órgãos estaduais de meio ambiente, que passarão a contar com uma base de dados geoespaciais integrada ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).	Bioma Amazônia	contratado	9.267.000,00
6	Amazônia SAR	União Federal - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	Toda a população do bioma Amazônia	Serão monitorados cerca de 950 mil km² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	contratado	63.923.626,00
7	APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais (SAFs) em três municípios integrantes do bioma Amazônia, no estado do Maranhão	Populações de assentamentos, quilombos, comunidades tradicionais e agricultores familiares	Municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal, no estado do Maranhão	contratado	5.286.300,00



Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
8	ARAPAÍMA: Redes Produtivas	Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Apoiar (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e UCs e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	Povos indígenas e comunidades extrativistas	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni, nas RDS Uacari e Cujubim e na Resex Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas	contratado	6.364.730,00
9	Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) - Fase 2	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação (UCs) no bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	População residente nas UCs e moradores do entorno; funcionários e instituições responsáveis pela gestão; conselhos gestores e municipalidades envolvidas nos territórios das UCs atendidas pelo programa	Todos os estados do Bioma Amazônia	concluído	19.949.058,91
10	Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento	Assentados da reforma agrária do Incra	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Profírio, Mojuí dos Campos e Aveiros	contratado	24.939.200,37
11	Bem Viver Sustentável	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	Implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e elaboração de PGTA para a TI Zo'é (PA)	Populações e comunidades indígenas das TIs Parque do Tumucumaque, Paru D'Este e Zo'é	TIs Parque do Tumucumaque (PA e AP), Paru D'Este (PA) e Zo'é (PA)	contratado	11.858.793,87
12	Biodiversidade	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia	UFPA, comunidade científica, potenciais fornecedores e empresas da região amazônica que trabalhem com produtos oriundos da biodiversidade e seus potenciais consumidores	Estado do Pará	concluído	4.639.706,98
13	Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas	População das UCs atendidas pelo projeto	16 unidades de conservação (UCs) estaduais no Amazonas	concluído	19.107.547,89
14	Bolsa Floresta+	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	População das UCs atendidas pelo projeto, principalmente moradores ribeirinhos em situação de pobreza ou extrema pobreza	16 UCs do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de hectares	contratado	31.518.490,00
15	Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso - Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Mato Grosso localizada na cidade de Sorriso	População da região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar localizada em Sorriso	Estado de Mato Grosso, principalmente os seguintes municípios: Nova Santa Helena, Cláudia, Colíder, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupá, Peixoto de Azevedo, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, União do Sul, Vera e Alta Floresta	concluído	12.518.230,09
16	Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado do Mato Grosso	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de SAFs, do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	Agricultores familiares da região, incluindo comunidades indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária estaduais e federais	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	contratado	3.238.032,00
17	Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha	Populações de agricultores familiares e comunidades tradicionais, como extrativistas, ribeirinhos e indígenas, de nove instituições aglutinadas, dentre elas, uma cooperativa de indígenas e uma associação de mulheres	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves	contratado	9.993.000,00

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
18	Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena	2585 indígenas das etnias Kaxinawá, Shawadawa e Yawanawá que habitam as quatro TIs apoiadas pelo projeto	TI Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Tarauacá/AC), TI Alto Rio Purus (Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano/AC) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Porto Walter/AC)	contratado	3.091.111,21
19	Calha Norte Sustentável	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para SAFs e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	34 comunidades quilombolas e 01 assentamento da região	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	contratado	3.312.877,00
20	Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá	Gestores envolvidos na implementação de políticas públicas para Unidades de Conservação (curso Master) e moradores dessas unidades e de seus entornos (curso de formação de agentes ambientais)	Áreas protegidas no estado do Amapá	contratado	1.452.000,00
21	CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	Apoiar: i) a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 96 municípios do Estado; ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do Estado.	População do Estado de Tocantins	Estado do Tocantins	contratado	26.800.000,00
22	CAR Acre	Estado do Acre	Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	Proprietários de imóveis da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais localizados nas zonas rurais de todos os 22 municípios do Acre, abrangendo uma área de cerca de 9 milhões de hectares	22 municípios do estado do Acre	contratado	16.838.000,00
23	CAR Amazonas	Estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 36 municípios por meio de ações de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como o estado do Amazonas, por meio do aprimoramento da infraestrutura e do software para implementação do CAR	36 municípios do Estado do Amazonas	contratado	29.867.722,00
24	CAR Bahia	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) e Estado da Bahia (Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA)	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado da Bahia	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 161 municípios baianos que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, inclusive, se for o caso, os assentamentos e projetos de reforma agrária e as comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território, além do governo do estado e dos demais proprietários ou posseiros de imóveis rurais baianos, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura de apoio ao CAR	161 municípios do estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implantação do CAR	contratado	31.671.000,00
25	CAR Ceará	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado do Ceará	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 109 municípios cearenses que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, além da Semace e dos demais proprietários ou posseiros de imóveis rurais cearenses, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura de apoio ao CAR	109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implantação do CAR	contratado	24.583.420,70



Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
26	CAR Espírito Santo	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)	Apoiar a implementação do CAR no estado do Espírito Santo	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvopastoris, por meio de ações de cadastramento ambiental rural (CAR), bem como o estado do Espírito Santo, por meio do apoio à análise do CAR e do aprimoramento da infraestrutura para implementação do CAR	Todos os municípios do estado do Espírito Santo	contratado	13.889.440,00
27	CAR Mato Grosso do Sul	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul)	Promover a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado do Mato Grosso do Sul	Proprietários de imóveis da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais e assentamentos localizados nas zonas rurais de 69 municípios do estado	69 municípios do estado envolvendo os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica	contratado	8.789.800,00
28	CAR Paraná	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado do Paraná	Estado do Paraná, por meio do apoio à validação do CAR. Povos e comunidades tradicionais também serão diretamente beneficiados pelas ações de cadastramento ambiental rural	Todos os municípios do estado do Paraná	contratado	14.110.253,86
29	CAR Roraima	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado de Roraima	Pequenos proprietários ou posseiros rurais familiares (imóveis de até quatro módulos fiscais) que desenvolvam atividades agrossilvopastoris, incluindo assentados de reforma agrária do estado de Roraima, bem como o estado de Roraima, por meio das ações de capacitação, aprimoramento de infraestrutura, adequação de base legal e elaboração do Plano Estadual de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL)	Todos os 15 municípios do estado de Roraima	contratado	3.075.205,25
30	Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	Povos e comunidades residentes em reservas do Amazonas, assentados, extrativistas comunitários	14 municípios do Amazonas: Manaus, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Apuí, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Tefé, Carauari, Juruá, Jutai, Lábrea e Uruará	contratado	12.092.485,00
31	Companhia de Operações Ambientais	União Federal - Ministério da Justiça	Apoiar a estruturação física e operacional da Companhia de Operações Ambientais do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP) para atuação em operações ambientais no bioma Amazônia	Toda a população do Bioma Amazônia	Bioma Amazônia. Eventualmente, poderá ser solicitada a atuação da Cia. de Operações Ambientais em outros biomas	contratado	30.631.480,00
32	Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	(i) Instalar uma planta piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental	UFPA, fornecedores de matérias primas para a produção de compostos bioativos e empresas da região amazônica que trabalhem com produtos derivados de compostos bioativos	Estado do Pará	concluído	1.352.368,48
33	Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Projeto Reca)	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implantação de sistemas agroflorestais e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	O projeto abrange diretamente 385 famílias de agroextrativistas associadas às entidades aglutinadas e cerca de 435 famílias adicionais, que se beneficiarão dos investimentos nas usinas de beneficiamento de frutas	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Acrelândia, no estado do Acre	contratado	6.422.748,00
34	Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, estudantes e professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais	Município de Manaus, estado do Amazonas	contratado	9.984.629,00

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
35	Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari (AM), e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA); e a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM), e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	19.531 habitantes das cinco terras indígenas abrangidas pelo projeto	Cinco TIs nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 hectares: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)	contratado	11.934.540,00
36	Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada.	Trabalhadores do setor madeireiro e florestal e operadores de máquinas pesadas, comunidades florestais e pequenos produtores rurais, agentes do governo, engenheiros, auditores, administradores, pesquisadores e estudantes florestais de nível médio e superior	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	concluído	7.449.000,00
37	Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Apoiar a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de oito Terras Indígenas no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e sistemas agroflorestais	Comunidades indígenas dos povos Kaxinawá, Ashaninka e Shanenawá	Oito Terras Indígenas no estado do Acre	contratado	5.823.061,00
38	Floresta Ativa Tapajós	Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS (Projeto Saúde e Alegria)	Fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense	Ribeirinhos, agroextrativistas, agricultores familiares	Zonas rurais dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti no Estado do Pará, contemplando ações em: duas Unidades de Conservação (UCs): Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós e Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns; cinco Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE): Lago Grande, Santa Rita, Salé, Valha-me Deus e Balaio; quatro Projetos Estaduais de Assentamento Agroextrativista (PEAEX): Aruã, Vista Alegre, Mariazinha e Curumuci; e um Projeto de Assentamento Federal (PA): Moju I e II	contratado	12.493.011,00
39	Floresta de Babaçu em Pé	Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	Apoiar a operação do Fundo Babaçu, para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante editais de seleção aprovados pelo BNDES	Comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu	Estados do Maranhão (37 municípios), Tocantins (16 municípios) e Pará (6 municípios)	contratado	9.222.739,00
40	Floresta para Sempre	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal.	Produtores rurais (pequeno, médio e grande portes), gestores e técnicos de órgãos de meio ambiente, de assessoria técnica e extensão rural, bem como outros membros da sociedade local (como, por exemplo, estudantes da área ambiental e lideranças comunitárias).	Leste do Pará – municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis	contratado	14.293.105,00
41	Florestas Comunitárias	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UCs de uso sustentável no arquipélago do Marajó no estado do Pará	Povos e comunidades residentes em Reservas Extrativistas do Arquipélago de Marajó	Estado do Pará	contratado	8.100.000,00
42	Florestas de Mangue	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	(i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no campus da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue	UFPA, comunidade científica, comunidades tradicionais de Tamatateua e Taperapu da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperapu e outras comunidades da região	Município de Bragança, estado do Pará	concluído	1.982.143,00



Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
43	Florestas de Valor - Novos modelos de Negócio para a Amazônia	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Apoiar i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado "Origens Brasil", contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia; e ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu.	Povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares	Estados do Pará e Mato Grosso	contratado	17.369.442,36
44	Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio da: (i) recuperação de áreas degradadas e/ ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) capacitação da rede de filiados	Pequenos proprietários rurais familiares	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus	contratado	4.981.614,66
45	Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia, (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e ampliar a divulgação do andamento das atividades de regularização fundiária em curso no Pará e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará	População e servidores dos municípios constantes na lista do Ministério do Meio Ambiente como sendo prioritários para atividades de prevenção e controle do desmatamento e moradores das UCs abrangidas pelo projeto na Calha Norte do Pará	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	contratado	12.104.865,00
46	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e Pará, contribuindo para a redução do desmatamento nestas áreas.	Aproximadamente 8.800 indígenas e 60 técnicos de instituições públicas	Seis TIs localizadas parcialmente em três municípios do estado do Amapá e cinco municípios do Pará	contratado	15.750.406,00
47	Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil (FBB)	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	Comunidades tradicionais da Amazônia (povos indígenas, vilas remanescentes de antigos quilombos, seringueiros e populações ribeirinhas que vivem da pesca e agricultura de subsistência etc), agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento e população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na região do bioma Amazônia	Bioma Amazônia	contratado	12.000.000,00
48	Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil (FBB)	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia	Comunidades tradicionais da Amazônia (grupos indígenas, vilas remanescentes de antigos quilombos, seringueiros e populações ribeirinhas que vivem da pesca e agricultura de subsistência etc); agricultores familiares, trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento, população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na Região do Bioma Amazônia; e empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária, instituições de direito privado sem fins lucrativos, entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal e fundações de apoio à pesquisa	Bioma Amazônia	contratado	14.515.520,43
49	Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas	contratado	7.615.854,00
50	Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	Comunidades indígenas Kayapó	TIs Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	contratado	16.900.000,00

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
51	Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	Apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTA's para as TIs Yanomámi e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas	População das TIs atendidas pelo projeto, representando cerca de 60 mil indígenas	Nove TIs no bioma Amazônia, em uma área superior a 24 milhões de hectares, atendendo a mais de 60 mil indígenas	contratado	11.712.000,00
52	Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações objetivando acelerar a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR); monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uramim em Paragominas.	População total dos 11 Municípios (482 mil habitantes segundo Censo 2008, IBGE)	11 municípios do estado do Pará	concluído	9.736.473,00
53	Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Apoiar: (i) a implementação dos PGTA's das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apuriná Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	2.179 indígenas residentes das oito terras indígenas abrangidas pelo projeto	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 hectares: TIs Boca do Acre, Apuriná Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto	contratado	11.448.505,00
54	Ilhas de Belém	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA	Executores de política pública em gestão territorial, população das ilhas no entorno da cidade de Belém e UFPA	Estado do Pará	concluído	1.138.083,93
55	Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	UFPA, comunidade científica e população da Amazônia Legal	Todos os estados do bioma Amazônia	concluído	2.660.567,23
56	Inventário Florestal Nacional - Amazônia	União Federal - Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	Todas as pessoas e instituições que venham a utilizar as informações produzidas pelo Inventário Florestal da Amazônia	Bioma Amazônia	contratado	65.000.555,12
57	IREHI – Cuidando dos Territórios	Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Concluir e implementar o PGTA da TI Marãiwatsédé e implementar os PGTA's das TIs Manoki, Menkú e Pirineus de Souza	Populações e comunidades indígenas das TIs Menkú, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé	TIs Menkú, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé, todas no estado de Mato Grosso	contratado	8.160.140,00
58	Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio: i) da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; ii) da expansão da capacidade de produção do viveiro municipal e iii) da elaboração de estudo para a caracterização do território municipal.	População local, em especial produtores rurais	Município de Jacundá, estado do Pará	contratado	199.352,05
59	Legado Integrado da Região Amazônica ("Lira")	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem à conservação dos recursos naturais	Povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, agricultores e aquicultores familiares localizados na Amazônia Legal	Amazônia Legal	contratado	45.000.000,00
60	Mais Sustentabilidade no Campo	Estado do Maranhão	Apoiar a implementação do CAR no Estado do Maranhão	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais familiares com até quatro módulos fiscais, que desenvolvam atividades agrossilvopastoris, incluindo os assentamentos, projetos de reforma agrária e comunidades tradicionais que façam uso coletivo de seu território	Estado do Maranhão	contratado	40.476.077,00
61	Mamirauá	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	Comunidades locais das Reservas de Desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã, comunidade científica, gestores de unidades de conservação e outras comunidades beneficiadas pelos conhecimentos produzidos no âmbito do projeto	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)	contratado	8.504.678,54



Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
62	Mato Grosso Sustentável	Estado de Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	População do Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso, com foco em UCs estaduais e em quarenta municípios do bioma Amazônia	contratado	35.015.970,00
63	Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate)	(i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; (ii) cálculo das emissões de CO2 relativas às áreas desmatadas e construção de proposta do nível de referência de emissões florestais (FREL, em inglês) para cada um desses biomas; e (iii) desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	Pessoas e instituições que venham a utilizar informações relacionadas ao monitoramento do desmatamento e da degradação florestal, bem como o governo brasileiro, que passará a contar com proposta de níveis de referência de emissões (FREL) para submissão à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	Biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de FREL; e todo o território nacional nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	contratado	49.778.000,00
64	Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate)	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	Todas as pessoas e instituições que venham a utilizar as informações produzidas pelo Inpe relacionadas ao monitoramento ambiental por satélites	Bioma Amazônia	contratado	66.952.436,00
65	Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países membros da OTCA	Países Membros da OTCA (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)	Amazônia Regional	contratado	23.693.641,00
66	Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física da Secretaria municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) no entorno de nascentes	População local, em especial produtores rurais	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso	contratado	1.875.500,94
67	Néctar da Amazônia	Instituto Peabiru	Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas em comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	30 comunidades rurais – quilombolas, indígenas, ribeirinhas e extrativistas -, compondo um público-alvo estimado de 310 produtores	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no Estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá	contratado	2.030.000,00
68	Nova Cartografia Social na Amazônia	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Fundação de Apoio Institucional Muraki	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	Povos e comunidades tradicionais da região e a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais e Pesquisadores	Todos os estados do bioma Amazônia	concluído	4.614.587,03
69	Olhos d'Água da Amazônia	Município de Alta Floresta	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades	População local, em especial produtores rurais	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	concluído	2.781.340,40
70	Olhos d'Água da Amazônia - Fase II	Município de Alta Floresta	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta Floresta	População local, em especial agricultores familiares do município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	concluído	7.146.563,54
71	Pacto da Floresta	Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e o fortalecimento das atividades produtivas relacionadas ao açaí, farinha de mandioca e borracha natural em duas terras indígenas e três reservas extrativistas em Rondônia.	Povos indígenas e comunidades tradicionais	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé (RO)	contratado	8.700.000,00
72	Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas	Estado do Pará - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA)	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em dez municípios do estado	População do estado do Pará	Estado do Pará	contratado	16.830.280,00

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
73	Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Apoiar a realização de quatro chamadas públicas que irão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Amazônia	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, limitados ao bioma Amazônia	contratado	12.843.876,04
74	Pesca Sustentável	WWF-Brasil	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	Pescadores artesanais e comunidades ribeirinhas e indígenas do estado do Acre	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre	concluído	3.205.943,00
75	Plantar Rondônia	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem	Produtores rurais familiares e suas respectivas associações, gestores e técnicos do órgão estadual de meio ambiente, de assessoria técnica e extensão rural, bem como outros membros da sociedade local (como, por exemplo, estudantes da área ambiental e lideranças comunitárias)	Estado de Rondônia, nos municípios de: Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapua do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura	contratado	25.305.337,00
76	PPP-ECOS na Amazônia Fase 2	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Apoiar projetos de estruturação de cadeias produtivas sustentáveis por meio de chamadas públicas no âmbito do Programa Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS)	Populações de comunidades rurais, tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores e extrativistas	Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, dentro dos limites da Amazônia Legal	contratado	22.766.000,00
77	Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	População local	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	concluído	120.655,00
78	Prevfogo / Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Apoiar a estruturação física e operacional do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	População do bioma Amazônia	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Prevfogo em Brasília	contratado	14.717.270,00
79	Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	Toda a população da Amazônia Legal	Amazônia Legal	contratado	56.295.964,63
80	Profisc I - B	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	Toda a população da Amazônia Legal	Amazônia Legal	contratado	140.264.000,00
81	Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama)	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do Bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais	O público-alvo do projeto é formado principalmente pelos funcionários dos órgãos de administração municipal voltados para a gestão ambiental local, podendo alcançar os 529 municípios do Bioma Amazônia, distribuídos pelos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins)	Municípios do bioma Amazônia	contratado	18.853.482,32
82	Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	Produtores rurais e Secretarias Municipais dos cem municípios abrangidos pelo projeto	100 municípios no estado do Pará	contratado	75.296.569,12
83	Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das UCs estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	Produtores rurais e as estruturas administrativas estaduais e municipais de meio ambiente do estado	Estado de Rondônia	contratado	31.227.392,40



Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
84	Projeto Integrado da Amazônia	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa selecionados por meio de chamada interna	Pequenos agricultores, comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, entre outros	Bioma Amazônia	contratado	33.691.380,00
85	Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Apoiar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia	Povos indígenas isolados e de recente contato e povos indígenas que habitam o entorno de seus territórios	Bioma Amazônia	contratado	19.043.330,00
86	Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não-autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase na região centro-norte, por meio de capacitação, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína	População com propriedades na região de atuação do Batalhão de Proteção Ambiental em Araguaína (TO)	Área de alcance das ações que serão realizadas pelo Batalhão de Proteção Ambiental do CBMTO, localizado no município de Araguaína, no norte do estado; que será estendida ainda às áreas protegidas do estado, como os corredores ecológicos federais Araguaia-Bananal, Paranã-Pirineus e Jalapão-Chapada das Mangabeiras, presentes no território tocaninense	contratado	5.000.000,00
87	Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, residentes nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, para: (i) a inscrição das propriedades rurais no CAR; e (ii) o plantio e a realização de pesquisas de SAFs para a recuperação de áreas alteradas ou degradadas em reservas legais e APPs	Pequenos agricultores familiares	Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste	contratado	9.117.000,00
88	Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	População local, em especial produtores rurais	Município de Marcelândia, estado de Mato Grosso	concluído	551.556,98
89	Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris	População do estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas	concluído	17.575.286,19
90	Rondônia Mais Verde	Estado de Rondônia	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia, por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização: i) da Base de Operações Aéreas e Terrestre do Corpo de Bombeiros Militar, a ser construída pelo Estado na capital Porto Velho; e ii) de quatro unidades operacionais, localizadas em outros municípios do Estado	população dos 14 municípios com Unidade Operacional do CBMRO, quais sejam, Porto Velho, Guajará Mirim, Candeias do Jamari, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Buritis, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Cerejeiras e Vilhena, que Estes municípios abrangem diretamente 74% da população do estado de Rondônia	Área de alcance das ações que serão desenvolvidas a partir da Base de Operações Aéreas e Terrestre - a ser instalada na capital Porto Velho - e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji- Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, que também receberão equipamentos com recursos do projeto. A área de abrangência também englobará importantes áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia	contratado	15.040.500,00

Nro	Nome do projeto	Instituição Executora	Objetivo	Beneficiários (público alvo)	Abrangência Territorial	Situação	Valor de Apoio
91	SEMAS Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades da sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	População do Estado do Pará	Estado do Pará	concluído	15.923.230,00
92	Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município de Cotriguaçu por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de áreas de preservação permanente degradadas (APPDs) em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem	População do Município de Cotriguaçu (MT)	Município de Cotriguaçu (MT)	contratado	1.981.511,00
93	Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do Território Portal da Amazônia, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais	Agricultores familiares e comunidade indígena Terena do estado de Mato Grosso	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá.	concluído	5.397.778,87
94	Sementes do Portal - Fase II	Instituto Ouro Verde (IOV)	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas	Agricultores familiares do estado de Mato Grosso	Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte	contratado	16.086.000,00
95	Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais na região	O projeto abrange 4 etnias indígenas (Apiaká, Caiaby, Munduruku e Cinta Larga), a própria COOPAVAM, formada por extrativistas do assentamento Vale do Amanhecer, e a AMCA – Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia, oriunda da COOPAVAM	Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)	contratado	5.175.522,50
96	Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas junto às populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando ao aumento da qualidade de vida dessas populações e à produção sustentável, agroflorestal e extrativista	População do bioma Amazônia	Bacia do Rio Xingu, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e 2 do Pará	contratado	8.023.856,00
97	Tapajós Sustentável	Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e conservação dos recursos naturais da região do Tapajós.	Extrativistas, pequenos produtores rurais, membros de conselhos gestores de Unidades de Conservação	Estado do Pará, municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Cinco UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional de Trairão e Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns	contratado	23.679.628,00
98	Terra a Limpo	Estado de Mato Grosso - Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	Modernizar a gestão fundiária no estado e contribuir para a regularização fundiária de glebas públicas e assentamentos, estaduais e federais	Ocupantes de assentamentos da reforma agrária e de glebas públicas, estaduais e federais	Estado de Mato Grosso	contratado	72.900.000,00
99	Território, Cultura e Autonomia Kayapó	Associação Floresta Protegida (AFP)	Apoiar a implementação e a atualização do PGTA da TI Kayapó e a implementação do PGTA da TI Las Casas, ambas localizadas no estado do Pará, contribuindo para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, a promoção de sua autonomia econômica e a valorização de sua cultura	Cerca de 3.000 habitantes das 21 comunidades representadas pela AFP e, indiretamente, mais cerca de 2.000 habitantes das demais comunidades da TI Kayapó que não são representadas pela AFP	Duas TIs no sul do Pará (Kayapó e Las Casas), totalizando 3,3 milhões de hectares	contratado	9.089.870,67



<b>Total de Projetos: 103</b>	<b>1.859.883.432,56</b>
-------------------------------	-------------------------

## PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA COM TODAS SUAS AÇÕES NO ESTADO DO AMAZONAS

Nome do Projeto	Organização Responsável	Objetivos	Beneficiários	Valor do Apoio
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas Unidades de Conservação (UCs) estaduais do Amazonas	População das UCs atendidas pelo projeto	19.107.547,89
Bolsa Floresta+	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	População das UCs atendidas pelo projeto, principalmente moradores ribeirinhos em situação de pobreza ou extrema pobreza	31.518.490,00
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, estudantes e professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais	9.984.629,00
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris	População do estado do Amazonas	17.575.286,19
Mamirauá	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	Comunidades locais das RDS Mamirauá e Amanã, comunidade científica, gestores de unidades de conservação e outras comunidades beneficiadas pelos conhecimentos produzidos no âmbito do projeto	8.504.678,54
ARAPAIMA: Redes Produtivas	Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Apoiar (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em terras indígenas - TIs e Unidades de Conservação - UCs e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	Povos indígenas e comunidades extrativistas	6.364.730,00
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Apoiar: (i) a implementação dos PGTAs das terras indígenas - TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	2.179 indígenas residentes das oito terras indígenas abrangidas pelo projeto	11.448.505,00
CAR Amazonas	Estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 36 municípios por meio de ações de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como o estado do Amazonas, por meio do aprimoramento da infraestrutura e do software para implementação do CAR	29.867.722,00
Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	Povos e comunidades residentes em reservas do Amazonas, assentados, extrativistas comunitários	12.092.485,00
<b>Total Geral</b>				<b>146.464.073,62</b>